



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA,  
DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO  
CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 23(*vinete e três*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 17ª (*décima sétima*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº1/0383/2019 – Auto de Infração: 1/201815952. Recorrente: REPIFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Quanto ao pedido de nulidade por ausência de visto do supervisor no Auto de Infração, por unanimidade de votos resolve afastar considerando a existência da assinatura do supervisor nos autos e em razão de não ser tal fato motivo de nulidade. 2. Quanto ao pedido de nulidade por cerceamento ao direito de defesa, falta de clareza da acusação fiscal, metodologia inadequada e ausência de dispositivos infringidos, resolve por unanimidade de votos, afastar considerando que constam os dispositivos legais, documentos e dados necessários a defesa. 3. Quanto ao pedido de perícia formulado pela defesa, resolve por unanimidade de votos, indeferir por motivo de ter sido feito de forma genérica e em desacordo com os requisitos legais. 4. Quanto ao pedido de perícia formulado de ofício pela Conselheira Dalcília para efetuar a junção de produtos semelhantes foi aprovado por unanimidade de votos, conforme itens a serem formulados pela Conselheira que serão aprovados pelos conselheiros em sessão posterior. **Processo de Recurso nº 1/0384/2019 – Auto de Infração: 1/201815953. Recorrente: REPIFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA. Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Quanto ao pedido de nulidade por ausência de visto do supervisor no Auto de Infração, por unanimidade de votos resolve afastar considerando a existência da assinatura do supervisor nos autos e em

razão de não ser tal fato motivo de nulidade. 2. Quanto ao pedido de nulidade por cerceamento ao direito de defesa, falta de clareza da acusação fiscal, metodologia inadequada e ausência de dispositivos infringidos, resolve por unanimidade de votos, afastar considerando que constam os dispositivos legais, documentos e dados necessários a defesa. 3. Quanto ao pedido de perícia formulado pela defesa, resolve por unanimidade de votos, indeferir por motivo de ter sido feito de forma genérica em desacordo com os requisitos legais. 4. Quanto ao pedido de perícia formulado de ofício pela Conselheira Dalcília para efetuar a junção de produtos semelhantes foi aprovado por unanimidade de votos, conforme itens a serem formulados pela Conselheira que serão aprovados pelos conselheiros em sessão posterior. **Processo de Recurso nº 1/0300/2019 – Auto de Infração: 1/201815955. Recorrente: REPIFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Quanto ao pedido de nulidade por ausência de visto do supervisor no Auto de Infração, por unanimidade de votos resolve afastar considerando a existência da assinatura do supervisor nos autos e em razão de não ser tal fato motivo de nulidade. 2. Quanto ao pedido de nulidade por cerceamento ao direito de defesa, falta de clareza da acusação fiscal, metodologia inadequada e ausência de dispositivos infringidos, resolve por unanimidade de votos, afastar considerando que constam os dispositivos legais, documentos e dados necessários a defesa. 3. Quanto ao pedido de perícia formulado pela defesa, resolve por unanimidade de votos, indeferir por motivo de ter sido feito de forma genérica em desacordo com os requisitos legais. 4. Quanto ao pedido de perícia formulado de ofício pela Conselheira Dalcília para efetuar a junção de produtos semelhantes foi aprovado por unanimidade de votos, conforme itens a serem formulados pela Conselheira que serão aprovados pelos conselheiros em sessão posterior. **Processo de Recurso nº 1/0001/2019 – Auto de Infração: 1/201815954 Recorrente: REPIFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA Recorrido: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Relatora Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. Quanto ao pedido de nulidade por ausência de visto do supervisor no Auto de Infração, por unanimidade de votos resolve afastar considerando a existência da assinatura do supervisor nos autos e em razão de não ser tal fato motivo de nulidade. 2. Quanto ao pedido de nulidade por cerceamento ao direito de defesa, falta de clareza da acusação fiscal, metodologia inadequada e ausência de dispositivos infringidos, resolve por unanimidade de votos, afastar considerando que constam os dispositivos legais, documentos e dados necessários a defesa. 3. Quanto ao pedido de perícia formulado pela defesa, resolve por unanimidade de votos, indeferir por motivo de ter sido feito de forma genérica em desacordo com os requisitos legais. 4. Quanto ao pedido de perícia formulado de ofício pela Conselheira Dalcília para efetuar a junção de produtos semelhantes foi aprovado por unanimidade de votos, conforme itens a serem formulados pela Conselheira que serão aprovados pelos conselheiros em sessão posterior. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira  
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias  
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA